Estamos acompanhando aqui as posições extremamente perversas da Procuradoria-Geral do Estado comandada pelo Elival da Silva Ramos. Posso referir-me aqui a vários aspectos.

Há vários casos da militância trevosa que ele vem fazendo contra, principalmente, os servidores públicos, contra os professores. Não é à toa que a PGE recentemente entrou com uma ação contra os professores em greve da Apeoesp, porque eles estavam realizando manifestações em rodovias, manifestações democráticas.

A PGE entrou com uma outra ação na Justiça, também, para proibir a divulgação da greve dos professores nos meios de comunicação de massa. A Apeoesp, com seus próprios recursos, estava pagando uma divulgação em defesa da escola pública gratuita e de qualidade, em defesa do Magistério, falando, logicamente, da greve, tentando se comunicar com a população.

Então, a PGE entrou com uma ação contra a Apeoesp, contra os professores. Também não posso deixar de registrar aqui outra militância trevosa, por sinal machista, contra as servidoras públicas do estado de São Paulo, patrocinada, também, pelo Elival da Silva Ramos, pela PGE.

Refiro-me aqui à Adin protocolada no Supremo Tribunal Federal para, na verdade, revogar parte de uma lei que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa, no ano passado, que reconhece como tempo de trabalho, tempo de serviço, a licença-maternidade de servidoras estaduais no estágio probatório.

Ele entrou com uma Adin contra esse reconhecimento, contra as mulheres, contra o direito à maternidade das servidoras públicas do estado de São Paulo. Essa é a PGE, que já exerce esse trabalho, essa função, de advocacia, não do estado, do interesse público, mas sim de um governo: do governo tucano, do governo Alckmin, que tem ódio dos servidores do nosso Estado.

Ainda tem mais uma pérola aqui: a PGE entrou com uma ação, ingressou com um "amicus curiae", nos autos da Adin nº 5296, uma Adin contra a autonomia financeira, funcional e administrativa da Defensoria Pública da União.

É um verdadeiro absurdo. Por que o nosso procurador-geral vai se envolver em uma causa federal que não tem nada a ver com o estado de São Paulo? É justamente para enfraquecer o trabalho da Defensoria Pública, que tem um trabalho importante de defesa dos direitos fundamentais da população mais pobre, mais carente, que não tem acesso à Justiça, impondo ao Estado que ofereça Educação pública e Saúde pública de qualidade.

Nessa tentativa de destruir também a autonomia da nossa Defensoria Pública Estadual, ele ingressou com "amicus curiae" numa Adin do governo federal. É um verdadeiro absurdo.

Se, sem o PLC nº 25 aprovado, a PGE já faz o que faz, fico imaginando o que faria com a aprovação desse perverso e nefasto projeto - que é considerado, aqui, por nós, o projeto da corrupção, o projeto que vai favorecer, intensificar, abrir espaço para que haja mais corrupção no estado de São Paulo: mais improbidade administrativa, mais superfaturamento de obras, mais fraudes nas licitações.

Então, os deputados que votarem a favor e permitirem a aprovação do PLC nº 25 votarão exatamente nisto: no favorecimento da corrupção, no superfaturamento de obras. Esse projeto enfraquece o trabalho dos nossos procuradores em todo o estado de São Paulo.

E há mais. Quero registrar o seguinte: esse projeto tem dentro dele um trem da alegria, uma espécie de "Marinzão", que promove, de uma forma totalmente ilegal, inconstitucional, injusta, quem exerceu cargos na assessoria do próprio procurador-geral. Essas pessoas chegam ao topo da carreira sem passar pelos mesmos procedimentos e critérios dos outros procuradores e das outras procuradoras.

Além disso, cria mais de 170 cargos, trazendo um prejuízo imenso para os cofres públicos. São mais de 50 milhões de reais - quando estamos discutindo, aqui, a questão dos cortes orçamentários.

O líder do Governo tem feito alegações. Tivemos a presença recente do secretário de Planejamento, que disse que não ia dar reajuste para os servidores, que não podíamos aprovar o PLC nº 6, dos psicólogos e assistentes sociais do Poder Judiciário, porque não há recursos no Estado. Agora, não há recurso para os professores. Não há recurso, aumento e reajuste para os servidores do Judiciário. Não se faz a contratação de psicólogos e assistentes sociais para o TJ, mas há dinheiro, sim, para bancar esse PLC nº 25, que vai trazer um prejuízo de mais de 50 milhões de reais.

Por tudo isso, faço um novo apelo aos 94 deputados e deputadas, para que rejeitem veementemente esse projeto. O PLC nº 25 é o PLC da corrupção. Favorece a corrupção no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Jooji Hato, deputados e deputadas, trabalhadores desta Casa, assessorias das bancadas, boa tarde. Aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, muito boa tarde.

Sr. Presidente, dirijo-me a esta tribuna, hoje, porque nesta semana ocorreu uma audiência pública da Saúde na Praia Grande, onde o hospital chamado Irmã Dulce passa por uma dificuldade muito grande em função de que o Governo do Estado e o Sr. Geraldo Alckmin, desde janeiro deste ano, não têm repassado as verbas de custeio do hospital.

Deputado Caio França, V. Exa. é da Baixada e conhece a vereadora Janaina Ballaris, que questionou, nessa audiência pública, por que o hospital está passando por dificuldades econômicas e financeiras. Aí, o retorno da direção do hospital é exatamente porque a parte do Governo do Estado, que tem que ser enviada para custear o Hospital Irmã Dulce, não está chegando. Estamos terminando o mês de maio e os valores que têm que ser colocados à disposição da saúde dos moradores da Baixada Santista, já que o hospital atende outras cidades próximas à Praia Grande, não têm chegado.

Ultimamente, temos debatido nesta Casa algumas coisas mais absurdas: extinção da Sutaco, dissolução da CPtur, transferência de ônus de custo para as prefeituras. Este governo tem tratado algumas questões com certo desleixo. E são serviços básicos e fundamentais para a população de baixa renda: saúde, educação, saneamento básico, segurança pública.

O governo federal põe a parte dele; a prefeitura põe a parte dela, mas o Governo do Estado não cumpre a sua tarefa. Essa denúncia de não receber a parte do Governo do Estado não é da vereadora, mas da direção do Hospital Irmã Dulce, de Praia Grande.

Faço um apelo para que esta Casa encaminhe um requerimento ao Governador no sentido de que se mande a verba que corresponde a todo esse período de atraso, atualizando-a. Gostaria, deputado Caio França, que V. Exa., que é uma liderança importante da Baixada Santista e é da base do Governo, ajude-nos nessa tarefa. Sei que V. Exa. tem grande preocupação, como todos os deputados desta Casa têm, em relação às nossas cidades.

O deputado Carlos Giannazi, que me antecedeu na tribuna, esteve ontem em São Bernardo do Campo, cidade em que está havendo uma luta do funcionalismo público para tentar negociar a data-base. Hoje, haverá uma assembleia dos servidores públicos. Provavelmente, se avançarem as negociações, a greve deverá ser encerrada entre hoje e amanhã. Acredito muito na sensibilidade do prefeito Luiz Marinho, que é meu companheiro, amigo, irmão. Trabalhamos juntos na Volkswagen. Temos intercedido ao prefeito Marinho para nos ajudar a resolver essa negociação. Tenho certeza de que, entre hoje e amanhã, sindicato e prefeitura de São Bernardo do Campo encontrarão uma saída que seja um ponto de equilíbrio entre a gestão pública e os servidores públicos.

Assim, quero deixar minha solidariedade aos trabalhadores e servidores públicos de São Bernardo do Campo, mas também deixo um apelo. Acredito nesse apelo porque sei que o prefeito Marinho é um homem sério, competente e tem sensibilidade nas negociações, principalmente quando se trata de data-base, de perdas dos trabalhadores e de como recompor a negociação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Caio França.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o deputado Barba, com razão, pronunciou-se em relação ao Hospital Irmã Dulce, na Praia Grande.

Praia Grande fica no sentido litoral sul da Baixada Santista. No entorno, ficam Mongaguá, Itanhaém, São Vicente. O estado comprou uma parte dos leitos do hospital, pelos quais há uma demanda regional.

Conversei um pouco com o Dr. César Kabbach, responsável pela Diretoria Regional da Saúde da Baixada Santista. Na matéria de hoje da "Tribuna", ele reforça que o Estado colocou 43 milhões de aporte para o hospital. Eles estão discutindo sobre a ampliação das atividades e dos leitos regionais do Hospital Irmã Dulce.

Nos próximos dias, segundo o Dr. César Kabbach, o acordo deve ser sacramentado para pagar o que falta em relação ao hospital. A Praia Grande, através do prefeito Mourão, tem interesse em fazer com que o Hospital Irmã Dulce atenda praticamente 100% através do Governo do Estado. Dessa forma, a prefeitura teria condições para fazer um novo equipamento, custeado pelo município.

O deputado Teonilio Barba tem razão em boa parte do que diz, porque há, de fato, uma parte a ser acertada. O Estado acabou equilibrando as despesas nesse último mês. Contudo, somente no último ano, foram 43 milhões de reais que o Estado investiu no Hospital Irmã Dulce, que é um grande hospital gerido pela Fundação ABC, com a sua sede em Santo André.

Trata-se de um hospital que, cada vez mais, vem atendendo uma demanda não só da cidade de Praia Grande, mas também de toda a região do litoral sul, como Mongaguá e Itanhaém.

Em Itanhaém, o Estado está terminando agora a ampliação do novo hospital regional, que será um grande hospital e atenderá, além da cidade, os municípios de Peruíbe e Itariri, entrando no Vale do Ribeira.

O hospital Irmã Dulce, de Praia Grande, tem um papel central. Além de atender os munícipes da Praia Grande, atende também a população de São Vicente e de um trecho do litoral sul.

Dessa forma, reforço o pedido para que seja acertado o mais rápido possível o que falta, mas ressalto que o Estado, ao longo desses anos, tem sido parceiro do Hospital Irmã Dulce e da Prefeitura de Praia Grande.

Sabemos que, hoje em dia, as prefeituras gastam valores exorbitantes com a Saúde Pública. O gasto exigido por lei é de 15%, mas todas as prefeituras gastam mais do que isso, em torno de 25 a 30 por cento. Imagino que essa também seja a situação de Praia Grande.

Relembrando, foram 43 milhões de reais nesse último ano. A ideia é que possamos ampliar isso. Existe uma negociação entre o Estado e o município para fazer essa ampliação, possibilitando que o hospital seja gerido cem por cento pelo Governo do Estado, através da central de vagas.

Assim, fica registrado o nosso reforço ao pedido do deputado Barba, mas reitero que há interesse do Estado não só na manutenção da parceira, como também na sua ampliação, uma vez que é um hospital considerado estratégico pela sua localização, pelos seus leitos e pela possibilidade de atender as cidades com menos estrutura que estão em seu entorno.

Fica registrada aqui a resposta do Dr. César Kabbach, que é hoje o diretor regional de Saúde. O burburinho sobre o Hospital Irmã Dulce foi muito grande nessa semana. A vereadora Janaína, com razão, fez a cobrança. Ela é uma amiga em comum e faz um grande trabalho em Praia Grande.

Reitero mais uma vez que o Estado tem sido parceiro. É importante que o governo federal também possa contribuir com tudo isso. Existe o teto SUS. Muitas coisas que podem melhorar dependem muito do governo federal. Sabemos que, no pacto federativo existente hoje, o município é o que mais sofre. São nos municípios que os moradores cobram os serviços públicos dos mandatários.

Contudo, apenas 13% da arrecadação feita ficam com os municípios. É importante, nobre deputado Teonilio Barba, que V. Exa., como um grande líder do Partido dos Trabalhadores, possa contribuir conosco para refazer o pacto federativo, permitindo que o municípios não tenham apenas atribuições, mas receitas para poder prestar um bom serviço.

Percebemos que muitos dos municípios têm uma cobrança gigantesca em relação a vários serviços. Infelizmente, o retorto financeiro disso acaba não existindo. É importante que V. Exa. nos ajude com essa questão, determinando que a União possa também gastar mais com a Saúde Pública e que o teto do SUS possa aumentar. Hoje, a situação é absurda. As Santas Casas, entre outros hospitais que ao longo de muitos anos prestaram bons serviços, têm déficits gigantescos e dívidas trabalhistas.

Tenho conhecimento, em especial, do município de São Vicente. A Santa Casa de Misericórdia de São Vicente deve mais de 200 milhões de reais. Poderia ser um hospital regional, inclusive. Agora, com muito esforço, estamos conseguindo levar um ambulatório médico de especialidades para aquela cidade, dentro da Santa Casa, em uma locação. É lógico que isso não é ideal; o ideal seria que a própria Santa Casa tivesse condições, por si só, de fazer a gestão do hospital, mas ela não tem condições de fazer convênios, pois perdeu todos os títulos, perdeu a condição de celebrar convênios com o Estado e a União.

Portanto, deputado Barba, reforço o pedido de V. Exa. em relação ao Hospital Irmã Dulce. Expliquei uma parte do problema, mas precisamos repensar a questão da Saúde Pública do Brasil de maneira geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de agradecer o apoio do deputado Caio França e dizer que temos um grave problema na Saúde Pública do País, assim como na saúde suplementar.

A saúde suplementar é aquela realizada pelos convênios e planos médicos que as pessoas podem adquirir individualmente, em grupo familiar ou em convênio com empresas e fábricas que os forneçam aos seus trabalhadores.

Deputado Caio França, V. Exa. tem razão quando diz que é preciso aumentar o teto do SUS, mas não podemos deixar de fazer o debate. O SUS realmente tem muitos problemas nesse País, mas trata-se do maior sistema de Saúde Pública do mundo.

Somos um país que tem 202 milhões de habitantes. Temos, aproximadamente, 45 milhões de pessoas que estão na saúde suplementar, formada por planos e convênios médicos individuais, em grupo ou negociados por empresas. Subtraídos esses 45 milhões, temos ainda 157 milhões de pessoas que são atendidas pelo SUS no Brasil inteiro. O SUS tem a responsabilidade de atender a Saúde Pública no Brasil inteiro.

Sou daqueles que lutam para que aumentemos, dentro do orçamento, as parcelas destinadas à Saúde e à Educação. A Educação corresponde a 6,3% do orçamento. Nós defendemos que passe para dez por cento, para que tenhamos uma educação fundamental e de nível médio de boa qualidade.

Também defendemos um aumento no orçamento da Saúde por parte da União, mas também por parte dos municípios e governos estaduais. Não é apenas o estado de São Paulo que deixa a desejar nessa questão.

Por que estou retomando esse debate do SUS? Porque o SUS atende 157 milhões de pessoas neste País. O Brasil tem 5.675 municípios. Quando a presidenta Dilma criou o programa "Mais Médicos", 791 cidades não tinham nenhum médico e aproximadamente 1.300 cidades tinham um médico para cada três mil habitantes, sendo que a Organização Mundial da Saúde recomenda a proporção de três médicos para cada mil habitantes.

Quando aconteceu aquele debate politizado, midiatizado, com a mídia falando contra a vinda dos médicos cubanos, o objetivo era exatamente atender essas cidades que não tinham nenhum médico. E quem custeou a vinda desses 15 mil médicos estrangeiros que, além de Cuba, vieram também da Bolívia, da Espanha, de Portugal e de outros países? Eles vieram exatamente para suprir essa ausência de atendimento médico.

O SUS, além de tudo isso, é responsável pela vigilância sanitária. É a Anvisa que cuida dos produtos, desde os produtos de limpeza que entram em nossa casa, até os grãos que chegam à nossa mesa. A Anvisa é responsável por cuidar dos nossos rebanhos, já que somos também os maiores exportadores de carne. O SUS, através da Anvisa, é responsável por vacinar o nosso rebanho suíno, caprino, bovino e de aves. Esta é uma responsabilidade da Anvisa. A Anvisa faz parte do Sistema Único de Saúde. As pessoas não têm essa noção. Acham que Saúde pública é apenas quando se busca um médico, quando passam por uma consulta médica. Não.

Se o alimento que chega à nossa mesa for de má qualidade ou se a dona de casa usar um produto de má qualidade e pegar uma alergia, acaba indo para a Saúde pública.

Antes de assumir o mandato, trabalhava na Ford. Sou licenciado da Ford. Havia um plano médico na Ford chamado Bradesco Empresarial. Vejam: se por acaso eu tivesse um câncer, eu teria de tratar na Saúde pública porque os planos médicos não cobrem. Se eu precisasse fazer hemodiálise, quimioterapia ou radioterapia, teria de fazer na Saúde pública. Ainda bem que houve uma correção durante os Governos Lula e Dilma porque antes eu fazia e meu plano não tinha de pagar nada para a Saúde pública. Mas o Governo Lula, junto ao Ministério da Saúde, mudou esse quadro.

Se eu, que tenho um plano médico, for atendido no serviço público, o SUS pode cobrar do meu convênio todas as despesas do tratamento e vice-versa. Se o plano de saúde atender alguém da Saúde pública, pode cobrar do SUS. O SUS tem de pagar todas as despesas. Portanto, estamos falando de um problema que não é de fácil solução. Isso é coisa para médio e longo prazo.

Tenha certeza, deputado, que vamos cobrar dos governos federal, estadual e municipal maior investimento nos serviços básicos e de atenção fundamental para o mais pobre, para o trabalhador e aqueles que têm condições de pagar um plano médico, faça o convênio.

Quem não pode, o município, o estado, a Nação tem de oferecer.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, de levantar a sessão por acordo de lideranças, a Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o dia dos Consegs, Conselho Comunitário de Segurança.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

* * *

29 DE MAIO DE 2015
50ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: JOOJI HATO e CEZINHA DE MADUREIRA
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Parabeniza o município de São Pedro do Turvo pelo seu aniversário.
2 - CARLOS GIANNAZI
Cita manifestações que ocorrem hoje, em todo o País, contra o ajuste fiscal proposto pelo governo federal e contra o projeto de lei da terceirização que está em tramitação no Congresso Nacional. Discorre sobre as reivindicações, dando apoio a estes protestos.
3 - LECI BRANDÃO
Anuncia a 10ª Conferência Nacional do PCdoB, que será realizada entre os dias 29 a 31 de maio, na capital paulista. Repudia a PEC que inclui o financiamento de partidos por empresas, na Constituição Federal.
4 - CEZINHA DE MADUREIRA
Assume a Presidência. Anuncia a presença do pastores Everton e Gilson, de Jaboticabal.
5 - JOOJI JATO
Exibe reportagem, da "TV Globo", sobre o assassinato da universitária Natalia Felix em São Paulo. Pede a aprovação da redução da maioridade penal no Congresso Nacional.
6 - CARLOS GIANNAZI
Comenta a prisão do ex-presidente da CBF, José Maria Marin. Critica a trajetória política de apoio à ditadura do ex-dirigente e ex-deputado estadual.
7 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
8 - JOSÉ AMÉRICO
Discorre sobre a crise hídrica pela qual passa São Paulo. Critica o governo estadual pelo problema.
9 - JOSÉ AMÉRICO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de Lideranças.
10 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 01/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a sessão solene de hoje, às 20 horas, para "Comemorar o Dia da Turquia e da Comunidade Turca no Estado de São Paulo". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grande satisfação de parabenizar a cidade de São Pedro do Turvo que aniversaria no dia de hoje. Parabéns a todos os cidadãos daquela cidade.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Fernando Cury. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Eu gostaria de dizer que, hoje, estão acontecendo diversas manifestações em todo o Brasil. São manifestações que fazem parte do dia nacional de luta contra o ajuste fiscal; contra as medidas provisórias da presidente Dilma, que prejudicam mais ainda a vida dos mais pobres e mais necessitados; contra as medidas que dificultam o acesso ao auxílio-desemprego, ao auxílio-pensão e ao auxílio-doença. Essas medidas provisórias que estão sendo aprovadas no Congresso Nacional são uma verdadeira afronta a vários seguimentos da sociedade.

Ao mesmo tempo, é um dia de luta contra o Projeto de lei 4.330 - o projeto das terceirizações -, que destrói o emprego e, sobretudo, as conquistas históricas dos trabalhadores em relação à CLT e às garantias trabalhistas - que são poucas, mas que foram conquistadas por nós com muita luta durante muitos anos, através do Movimento Sindical Brasileiro.

Esse projeto que está sendo discutido no Congresso Nacional é um verdadeiro retrocesso, uma afronta e um ataque aos trabalhadores brasileiros. Eles querem terceirizar, inclusive, a atividade fim. É um absurdo!

As manifestações de hoje também são contra os cortes orçamentários, tanto do governo federal, como também dos governos estaduais. Em São Paulo, sobretudo, os cortes criminosos que o governador Geraldo Alckmin vem praticando contra a educação, a cultura, a saúde, arrochando mais ainda os salários dos servidores.

Por isso, hoje, nós temos marchas em todo o Brasil: 24 estados estão com paralisações, o Distrito Federal... Aqui em São Paulo nós temos várias manifestações. Eu mesmo, quando sair daqui, vou me dirigir ao vão livre do Masp, onde participarei da manifestação dos professores da Apeoesp e da rede estadual - eles estão em greve há 78 dias. Depois, vou me dirigir ao Viaduto do Chá, em frente ao gabinete do prefeito Haddad. Ali iremos realizar outra manifestação com os professores da rede municipal de ensino, protestando também contra o arrocho salarial, contra o desrespeito à data-base salarial dos servidores.

É muito importante que a população hoje reaja aos cortes orçamentários que atacam e prejudicam as áreas sociais, contra as medidas provisórias, contra o PL nº 4330 e contra, sobretudo, a crise econômica, que foi produzida pelas elites econômicas, pelos rentistas, pelos especuladores da dívida pública, pelos banqueiros, e não pelos trabalhadores.

Nós, os trabalhadores, não fizemos essa dívida e não construímos essa crise. Os trabalhadores do Brasil continuam trabalhando como nunca. Se acontecer alguma coisa, nós temos que cobrar as elites econômicas, taxando as grandes fortunas, heranças, aplicações dos rentistas e dos especuladores da dívida, dos banqueiros. Nós temos que tirar das elites econômicas, e não dos trabalhadores, que já estão sendo massacrados há muitos anos. Não tem sentido isso.

A única forma de deter esse rolo compressor contra os direitos da população é justamente fazendo mobilizações, reagindo nas ruas, tomando as ruas. Isso é muito importante.

Nós estamos apoiando e participando ativamente de todas as manifestações que ocorrem hoje, não só em São Paulo, mas em vários estados.

Só com a população nas ruas, organizada, protestando, nós vamos reverter essa situação de crise econômica, direcionada, sobretudo, contra os trabalhadores.

Finalizo dizendo que as manifestações também são contra o Congresso Nacional, que tem aprovado medidas extremamente conservadoras, antidemocráticas e também contra a população brasileira. É um absurdo o que foi aprovado nesta semana no Congresso Nacional.

Foi aprovado o financiamento privado de campanha. Nós queremos acabar com o financiamento privado de campanha. A população é contra o financiamento privado de campanha, mas, no entanto, na contramão, de costas para o povo brasileiro, o Congresso Nacional, liderado pelo Eduardo Cunha, que é o presidente da Câmara dos Deputados, do PMDB, que é réu, investigado em vários escândalos, desde a época do PC Farias e agora também é investigado na operação Lava Jato, aprovou esse nefasto dispositivo de financiamento privado de campanhas eleitorais.

Ou seja, a corrupção vai continuar no Brasil e vai continuar no sistema eleitoral brasileiro. Ou seja, os deputados e os partidos políticos continuarão recebendo milhões e milhões das empresas privadas, e com isso estarão a serviço delas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra

Prodesp SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp em 19/11/2022 00:13:14.
Nº de Série do Certificado: D4FF2CAD4741F1B8743C225D4184A7A6D0B24F56
[Ticket: 56759839] - www.imprensaoficial.com.br